

O COTIDIANO DA ESCOLA NO CONTEXTO DA GREVE: DIÁLOGOS COM O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Isrhael Mendes da Fonseca¹ Francisca Janaina Ribeiro Tavares¹ Maria Daniele Brito Oliveira² Rosemary Guimarães de Araújo³ Antonia Solange Pinheiro Xerez⁴

Universidade Estadual do Ceará- <u>isrhael.mendes@aluno.uece.br</u>
Universidade Estadual do Ceará- <u>janaina.tavares@aluno.uece.br</u>
Universidade Estadual do Ceará- <u>maria,daniele@aluno.uece.br</u>
Universidade Estadual do Ceará- <u>merymgal@gmail.com</u>
Universidade Estadual do Ceará- <u>antonia.xerez@uece.br</u>

Resumo: No Brasil, durante os últimos anos, percebemos o descaso do governo em relação à melhoria da qualidade do ensino público do país. Observamos também a desvalorização e precarização do trabalho docente e, por conta disso, a deflagração de vários movimentos grevistas. Nesse sentido, este trabalho desenvolvido em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a escola pública, aborda a questão da luta dos docentes contra arbitrariedades do governo estadual e contextualiza todo esse movimento, enfatizando a greve dos docentes do estado do Ceará e as ocupações das escolas por parte dos estudantes secundaristas que apoiam seus professores e estão construindo suas próprias pautas para fortalecer o movimento. Como metodologia, optamos pela pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa, utilizando a observação participante, no qual o pesquisador tem um contato direto com o objeto de sua pesquisa. Dessa forma, através de todo esse processo, podemos concluir de forma preliminar que o movimento de ocupação instituído no estado do Ceará fortaleceu a greve dos professores. Portanto, com a aproximação ao debate desta problemática, observamos nos estudantes, tanto da escola como da universidade, uma ampliação da capacidade de compreensão da realidade, cujo censo político dos estudantes está aflorando de forma crítica, fazendo com que percebam que a educação a cada dia se torna desvalorizada pelas políticas governamentais e que são necessárias ações que barrem os excessos e o descaso com algo tão essencial, como é o direito ao acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Escola, Ocupação, Greve, Educação.



INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma derivação de um projeto de extensão que está em desenvolvimento através da colaboração de professores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). É sabido que o projeto, que se ergue sobre as diretrizes da extensão universitária, se estabelece inicialmente sobre a primeira das diretrizes de extensão universitária, a relação dialógica. Assim, efetivando uma relação de comunicação e trocas de saberes entre universidade e comunidade, tendo como parceira nesse processo uma escola estadual de educação básica situada no entorno da universidade.

Nesse sentido, a Política de Extensão Nacional é um elemento novo no processo formativo e constitui-se uma prática desenvolvida nas universidades públicas com a comunidade, como está promulgada na Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), a qual estabeleceu que "(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes" (Artigo 20), instituindo a Extensão Universitária. Pensando nisso, constituímos o projeto Educação e Cidadania: jovens da escola pública e suas possibilidades e limites para ingressarem na universidade, com o objetivo de identificar, descrever e analisar quais as dificuldades que os estudantes do ensino médio da escola pública encontram em ingressar e permanecer na universidade.

Na perspectiva da extensão e pesquisa na universidade, buscamos apoio em Demo (2005), ao afirmar que não há educação sem pesquisa. Diante disso, professores e alunos apoiados pela extensão universitária penetram, por meio da pesquisa, no universo social com perspectiva de compreendê-lo, bem como produzir reflexões sobre a importância da educação e cidadania. Para realizar uma aproximação efetiva entre a sociedade e a universidade, buscamos conhecer o contexto em que essa instituição se encontra, de modo que ambos consigam vivenciar essa parceria, rompendo com as barreiras para se efetivar uma relação dialógica.

Nesse contexto de aproximação com a instituição, ocorreu algo inesperado, a greve dos professores estaduais do Ceará e o início das ocupações das escolas pelos alunos. Sabendo disso, as ações de extensão desenvolvidas na escola tiveram um foco diferente, foram pensadas algumas atividades para ajudar e proporcionar formação política aos alunos, tentando contribuir para o crescimento do pensamento crítico dos envolvidos na ocupação.



Desse modo, foram proporcionadas na escola algumas rodas de conversa entre alunos e professores da universidade e os ocupantes, visando entender melhor as motivações dos alunos dentro do movimento, conhecer como se organizam e saber como poderíamos contribuir para fortalecer a compreensão política e o debate nas atividades de ocupação. Conseguimos promover oficinas com professores da UECE, trabalhando uma perspectiva das mídias digitais para potencializar a divulgação do movimento.

A partir desse momento, observamos que essa nova conjuntura no contexto da educação se torna pertinente para iniciarmos algumas considerações sobre o momento atual, além disso, é importante também apresentar como esse movimento de ocupação se iniciou no estado e quais as implicações de tudo isso para o cenário político que se apresenta.

ITINERÂNCIAS METODOLÓGICAS

O presente texto é resultado de uma pesquisa de cunho qualitativo que conforme pensa e considera Macedo (2009), o ser humano em suas emergências e necessidades capitais é o principal sentido da pesquisa qualitativa. Assim sendo, em um processo de idas e vindas à escola, *lócus* da extensão em análise, oportunizaram-se diferentes formas de conhecimento à medida que dados informativos e constatações nos observatórios e nas vivências interativas foram se realizando. A aproximação dos dados bibliográficos e documentais tornou-se relevante para impulsionar outros passos, dentre eles, as rodas de conversa com alunos e professores da escola pública em evidência.

Adotamos também, como meio de sistematizar experiência, a coleta de dados em documentos oficiais, institucionais e pessoais, sites da Secretaria de Educação (SEDUC), entrevistas com diversos segmentos da escola, sistematização da escrita em formato de blocos de anotação sobre a experiência e relatórios de notas das vivências deste projeto. Como ensina Godoy (1995), os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados, merecendo atenção especial. Para Fanchin (2006, p.119) "a pesquisa bibliográfica é por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as áreas do saber".

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica funcionou como importante aliada para fortalecer e fundamentar o debate em torno da educação e cidadania com estudantes do ensino médio, que estão desenvolvendo essa prática de ocupação como experiência política. Por outro lado, no que concerne aos impactos observados pelos bolsistas, a observação participante "se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno do

observado para obter informações sobre a realidade dos



atores sociais em seus próprios contextos." (CRUZ NETO 1994, p.59). Os momentos de interação na escola proporcionaram um olhar de reflexão, ao mesmo tempo em que nos víamos no papel de estudantes universitários experimentando a prática na extensão, tínhamos a oportunidade de fomentar o debate político e conhecer a problemática dos jovens estudantes do ensino médio. O acolhimento dos estudantes de educação básica com os graduandos elevou a autoestima de ambos, dando a oportunidade de se fazer ouvir, para refletir e melhorar a organização institucional, o protagonismo estudantil e o diálogo com professores, gestores e outros profissionais da escola.

Dado isso, as observações e conversas tiveram o intuito de compreender o panorama social dessa realidade com foco nos processos formativos relativos à cidadania plena, cujos aspectos observados prescindem que os sujeitos envolvidos compreendam a si mesmos, para responder o seguinte questionamento: o que fazem para compreender a realidade escolar e qual o impacto de suas ações na conjuntura social?

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A discussão se inicia desvendando o contexto da greve dos professores do estado do Ceará que, por meio de lideranças sindicais, alegam e argumentam em todas as mídias a precarização da Educação, que há muito é perceptível nos diversos estados brasileiros. Dessa forma, o reflexo negativo desse fenômeno dá-se diretamente nas instituições de ensino público, as quais são mantidas com recursos dos impostos arrecadados da sociedade, pelos sistemas federal, estaduais e municipais. É sabido que a verba da educação vem de diferentes setores, os quais estão vinculados a união, o estado e os municípios, por conseguinte todos tendo incumbências na gerência educacional do país. Segundo Freire, (1996, p.65)

> Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muito de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços.

Como visto, nem sempre as verbas são impostas nos seus devidos lugares, desse modo gerando vários efeitos posteriormente para o setor da educação. É notório que, no setor público de Educação, o nível mais defasado é o Ensino Básico, cujos recursos repassados para atender esta modalidade não dão conta da demanda exigida pela comunidade escolar, gerando grandes conflitos sociais, greves e ocupações nas escolas para sensibilizar e pressionar os governantes. Para que, assim, a educação, como direito social, seja realmente atendida nos

níveis que a sociedade espera, ou seja, proporcionando



uma gestão democrática, conforme determina a legislação educacional, e o acesso a todo o processo pedagógico dos que estão em formação.

Dessa maneira, é necessário que o investimento ocorra desde a base para que, quando o alunado chegar ao topo do processo, ele tenha qualidades inigualáveis. Porém, o que ocorre não é isso, dessa forma ocasionando, quando não se tem mais investimentos, precariedades na educação, gerando a partir disso uma evasão escolar, desestímulos por parte de alunos e professores, e assim maiores problemas sociais. Com isso, diante de tanta desvalorização, os professores que procuram melhorar a educação, realizam reivindicações, tais como atos, greves e protestos para pressionar o governo a investir no que dá retorno à sociedade, a Educação.

No Brasil, entre 2015 e 2016, a educação entrou em greve em alguns estados, uma das grandes greves ocorreu em São Paulo, que teve início após ações não democráticas advindas do governo do Estado. A partir desse episódio, outras greves começaram a se instalar em vários estados da federação com pautas semelhantes.

No Ceará, *lócus* desta pesquisa, o movimento de greve teve início a partir de uma assembleia com os professores do estado e com o sindicato da classe, em 20 de abril de 2016, que decretou greve geral do ensino básico do estado do Ceará, a partir do dia 25 do mesmo mês. As pautas nas quais os grevistas reivindicam são a valorização da classe de professores com direito a melhores salários, recursos pedagógicos e didáticos, equipamentos, e condições não precarizadas no exercício da docência.

Os professores acusam o governo de arbitrariedade, por este não repassar o reajuste salarial. A falta de diálogo com a instância superior levou os professores a elencar outras medidas que prejudicam a educação; como a demissão dos professores substitutos, a não contratação de outros professores nesta categoria ou na categoria de professor efetivo, a não implantação do Plano de Cargo, Carreiras e Salários (PCCS), ampliação de carga horária e outras demandas não atendidas, foi suficiente para a categoria tomar a decisão para o início da greve que perdura até o presente momento, julho de 2016.

Ao ver muitas dessas pautas, compreendemos que ainda são demandas não cumpridas de períodos anteriores, dessa maneira, vê-se a problemática e a desvalorização que se apregoa ao ensino público. É notável que o ensino público não é tratado com apreço e nem é dada a devida valorização e relevância social por parte dos governantes, dessa forma se reflete diretamente nas camadas sociais, prejudicando-as.

Temos como pressuposto, que essa mentalidade dos governantes foi construída para que a sociedade visse o serviço público como



sintomático, assim querendo o seu fim junto ao governo. Porém, não se pode negligenciar um serviço tão essencial como educação, pois há várias pessoas se valendo dela para alcançar um nível melhor de vida. Desse modo, sabe-se que os seus usuários são pessoas de classes médiabaixa e baixa, portanto marginalizados socialmente e, assim, não reconhecidos como sujeitos pertencentes ao grupo que tem acesso ao conhecimento científico.

Constata-se que o prejuízo dessa greve será enorme para a sociedade, principalmente, com maior impacto para alunos e professores, pois atrasará o calendário escolar; mas é visto que há necessidade de greves para forçar o governo a cumprir o que é de direito dos professores. Nesse sentido, alunos da rede pública estadual do Ceará iniciaram ocupações de algumas escolas, como forma de apoio à luta dos professores e reivindicando pautas próprias, como a melhoria da merenda escolar, oferecida pelo Estado, que segundo os estudantes, atualmente está de baixa qualidade.

INTERFACES DO MOVIMENTO OCUPA ESCOLA

Segundo documentário de Carlos Pronzato, "A revolta dos Pinguins", nos últimos anos, as maiores revoluções ocorridas em prol da Educação tem sido no Chile que tornou-se referência para outros países começarem a ter voz na política, principalmente países latino-americanos.

Dessa forma, vemos que as manifestações começaram no Chile, em 2006, contra medidas que os estudantes do Ensino Básico acharam descabidas e precárias para a educação chilena e também para outros setores. Esse movimento ficou conhecido como "revolta dos pinguins" – nome dado por conta do uniforme utilizado no Ensino Básico do país – e ocorreu com o apoio de mais de 600 mil alunos indo às ruas e ocupando escolas. Cerca de 90% das escolas chilenas foram ocupadas; nas ocupações eles realizaram assembleias para que fosse tudo decidido democraticamente, organizaram pautas gerais para a educação e pautas



específicas de cada escola.

As principais pautas foram "a gratuidade do exame de seleção para a universidade (PSU), passe escolar grátis e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar além da reforma das instalações sanitárias em estado inadequado para utilização em muitas escolas" (ZIBAS apud FERNANDES; SOARES, 2012). O movimento conseguiu êxito e, quase todas as pautas foram atendidas pela então presidente da época, Michelle Bachelet.

Após seis anos do ocorrido, em 2012, surgem outras manifestações, essas também feitas por estudantes, sendo que agora estudantes do Ensino Superior. As propostas de reivindicação pautaram-se na qualidade do Ensino Superior e nas altas taxas de mensalidades, pois não havia universidades gratuitas. Porém, neste movimento, poucas reivindicações foram conseguidas, mas o Chile se mostra, após esses acontecimentos, mais aberto para diálogos com a população.

O BRASIL E O MOVIMENTO OCUPA ESCOLA

O movimento grevista em prol Educação, no Brasil, tem uma relação de semelhança com os ocorridos no Chile, pois como sabemos, foi a partir dos chilenos que esse sentimento e olhar crítico para a precarização da Educação se aguçou. É sabido que o movimento começou no estado de São Paulo a partir de arbitrariedades da Secretaria de Educação, representada por Herman Voorwald, que estabelecia um novo formato para o sistema educacional paulista, no qual refreava os espaços educacionais.

O formato proposto era uma organização por ciclos, nas quais as escolas seriam servidoras apenas para uma faixa etária, ou seja, as escolas passariam a ser divididas geograficamente entre Fundamental I (um), Fundamental II (dois) e Ensino Médio. Dessa forma, o governo alegou que seriam escolas com melhor preparo pedagógico, pois, na visão do governo, o argumento era que a funcionalidade da escola exclusiva de um ciclo poderia receber melhor dedicação dos agentes àquele público, portanto, esse modelo de escola poderia ser de melhor qualidade. Porém, a sociedade usuária do serviço sentiu-se afetada com essa organização, pois argumentava que essa estruturação organizacional do sistema deixaria muitas escolas longes de seu público, assim muitos alunos se deslocariam para lugares muito distantes. Dessa maneira, o que poderia ser feito para barrar essas arbitrariedades, eram as ocupações desses espaços. A partir daí surgiu o movimento Ocupa Escola que também se ligava ao movimento de greve dos professores.



O movimento Ocupa Escola, bastante difundido no estado de São Paulo, começou com a escola Fernão Dias, ocupada no dia 10 de novembro de 2015, com a proposta de restringir o projeto criado pela Secretaria de Educação e aceito pelo governador Geraldo Alckimin. A partir da atitude do alunado do Fernão Dias, outras escolas tiveram iniciativa para começar suas ocupações. As ocupações das escolas ocorriam de maneira democrática e visível, pois todos sabiam o que os ocupantes estavam reivindicando. Nesse percurso, chegaram a ter 196 escolas ocupadas em todo o estado paulista, todas coesas por uma causa geral e por causas próprias.

O final do movimento "Ocupa Escola", em São Paulo, ocorreu quando o governo recuou em suas ações e resolveu adiar a reforma de ciclos e atender outras pautas dos estudantes, mas, como eles dizem: "A luta não acabou". Portanto, a partir dos movimentos ocorridos no Chile e depois em São Paulo, percebe-se que o legado deixado foi necessário para a construção desse movimento que vem dando visibilidade à luta por educação com a participação dos movimentos estudantis em outros estados da federação, como: Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O movimento Ocupa Escola, alega que, de forma pacífica, sua luta é por educação e justiça social, e como parte interessada legítima, tem pleno direito de estar inserido neste debate, cuja luta vem ganhando apoio dos familiares dos estudantes e de grandes apoiadores como, professores, artistas, entre outros grupos sociais. Dessa maneira, como foco da pesquisa, o movimento de ocupação no estado do Ceará será mais explicitado porque expressa a vinculação com o Projeto de Extensão – Educação e Cidadania, do qual fazemos parte, com o objetivo de entender e refletir o cotidiano da escola pública, que nesta pesquisa se constitui também do nosso espaço de formação. No Ceará, o movimento construiu-se em apoio à greve dos docentes e, também, sistematizado sobre pautas dos discentes, assim há muito que falar sobre a Educação Pública cearense e sua atual situação conjuntural.

O MOVIMENTO OCUPA ESCOLA NO CEARÁ

No Ceará, o contexto das ocupações até o momento se mostra forte. Há cerca de 60 escolas ocupadas em todo o estado em apoio à greve dos professores. Diante disso, preocupados e também curiosos em saber como esses alunos estão vivendo e o que estão debatendo sobre esse momento relacionado à educação no estado do Ceará, realizamos uma



visita à escola de ensino médio que está sendo objeto de parceria deste projeto, ocupada desde o dia 05 de maio de 2016, com o intuito de conversar e compreender em que poderíamos ajudá-los, assim estaríamos participando efetivamente desse contexto relevante.

Assim sendo, através de uma roda de conversa, os educandos problematizaram suas demandas, explicitando assim os aspectos positivos e negativos do movimento de ocupação. A maioria deles afirma que foram motivados a ocupar a instituição a fim de reivindicar seus direitos, lutar pela melhoria do espaço educativo e potencializar a visibilidade do movimento de greve dos seus professores. Para Freire (1996, p.65) "A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte.".

Para além disso, os educandos afirmam que "o dinheiro não chega na escola", "nossa merenda custa R\$ 0,27 centavos e a proposta do governo é reduzir para R\$ 0,23 centavos *por aluno*", "a nossa luta é unificada (diretoria, professores e alunos)". Por meio das colocações dos ocupantes é possível perceber ainda que existe um sentimento de realização e utilidade no movimento, por exemplo, quando afirmam que "aprendemos a cozinhar na ocupação", "um ajuda ao outro" "a comunidade nos apoia". Dessa forma, apoiamo-nos em Paulo Freire que explicita: "no fundo o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridades e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia." (Freire, 1996, p.92).

Dadas tais colocações, compreendemos que os estudantes estão pensando criticamente, e a todo o momento participando de atos políticos e de relações interpessoais que promovem autonomia e parceria com a comunidade escolar em geral.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Face ao exposto e às observações realizadas, percebemos uma luta conjunta que agregam docentes e discentes, em prol de uma causa em comum: melhoria da educação. A maioria do alunado envolvido na ocupação é iniciante dentro do movimento, e participar das ocupações está sendo uma vivência inesquecível, pois estão aprendendo a conviver em grupo, serem autônomos em suas ações e decisões e, principalmente, estão desenvolvendo um pensamento crítico/reflexivo para lutar contra diretrizes governamentais que colocam o sistema educacional em segundo plano.

Observamos também o fortalecimento do movimento grevista dos professores do estado com a atitude dos alunos em ocuparem algumas



escolas. Toda essa luta dos docentes vem expressando uma pauta significativa para que os educandos intensifiquem suas ações, pois os alunos possuem consciência do esforço que os professores fazem para trabalhar, diante de péssimas condições de trabalho e, muitas vezes, sem nenhum recurso.

Por fim, acreditamos que o movimento de ocupação nas escolas vem proporcionando aos participantes uma visão de mundo diferente, tanto no que diz respeito à educação quanto ao ser social, uma vez que educandos apoiam educadores e transformam o cotidiano da escola em momentos formativos e que promovem ações políticas e cidadãs.

REFERÊNCIAS

CRUZ NETO, Otávio et al. O trabalho de campo como descoberta e criação. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade, v. 4, p. 51-66, 1994.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio cientifico e educativo. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. São Paulo, Saraiva, 2006.

FERNANDES, Jéssica Silva. SOARES, Nathasha. As revoltas estudantis no Chile. Texto Informativo. PUC Minas- Cenários PUC Minas, **Conjuntura Internacional**, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. IN.; **Revista de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS** (RAE, v. 35 n: 2 p.57 - 63) São PAULO: 1995.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo Gonçalves. Um rigor outro: a questão da qualidade na pesquisa qualitativa - Educação e Ciências Humanas. Salvador: EDUFBA, 2009.

Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

SITES ACESSADOS

Disponível em

http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/04/20/noticiafortaleza,3605925/professores-da-rede-estadual-decretam-greve.shtml Acesso em 05 de julho de 2016

Disponível em



http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/05/movimento-que-inspirou-alunos-da-capital-comecou-em-sao-paulo-5800918.html# Acesso em 12 de julho de 2016.

Disponível em

http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/01/alunos-que-ocupam-escola-saem-ruas-para-protestar-contra-oss.html >Acesso em 12 de julho de 2016.

Disponível em <<u>http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/</u>> Acesso em 12 de julho de 2016.